

UM ENCLAVE NÃO-CAPITALISTA COMO RESERVA TERRITORIAL NO NORTE DE MINAS GERAIS (BRASIL)¹

César Ricardo Simoni Santos²

Resumo

Existe um traço comum entre muitos países do, assim chamado, “Novo Mundo”. Em sua maioria, os territórios desse macrocontinente latino-americano são o produto de uma dinâmica expansionista. Atualmente, muitos dos mais modernos e poderosos setores da economia mundial já estão instalados em áreas no interior desses territórios, mas isso não os livrou da condição de se constituírem, ainda hoje, como espaços de expansão de uma economia de fronteira, como a designou Kenneth Boulding. O conceito de *acumulação por despossessão*, empregado por David Harvey (2004), é central nesse caso. No Brasil, além das fronteiras de expansão amazônicas, alguns enclaves territoriais de pouca ou quase nenhuma capitalização prévia passam a ser utilizados, mais recentemente, para os fins da acumulação em escala global. Esse é o caso de algumas áreas no norte de Minas, disponibilizadas a partir de um projeto de irrigação que transforma por completo o uso daquelas terras. A análise dessa dinâmica sócio-espacial da acumulação capitalista cumpre com o objetivo de demonstrar como processos similares, normalmente analisados nas situações de fronteira, ocorrem a partir de tipologias e estratégias espaciais diversas.

Palavras-chave: Território; Fronteira; Acumulação por despossessão.

1. O enclave Jaíba

A parte norte do estado de Minas passou por dois momentos importantes no seu processo de colonização. Primeiramente, chegaram ali dois grupos de origens distintas. No século XVII chegaram os vaqueiros e os bandeirantes. Os primeiros chegaram pelo norte e nordeste, vieram da Bahia e de Pernambuco e seguiram o leito do Rio (São Francisco) até sentarem permanência nessas áreas. Os segundos chegaram pelo sul,

¹ Este trabalho foi realizado a partir de levantamentos em campo realizados no 1º semestre de 2010. Ele contou com o apoio de um grupo de alunos da Escola da Vila que se empenhou na investigação e coleta da maior quantidade e dos mais relevantes dados para essa pesquisa. Assim, agradeço à Carol Mendonça, Maria Clara Buoro, Mariza Azzi, Daniel Sean e Leo Cordeiro.

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo – Brasil. E-mail: cesar_simoni@hotmail.com

vieram de São Paulo e, em luta com os nativos da terra, se estabeleceram e se dedicaram também à pecuária. Mais tarde, no século XVIII, a região recebeu muitos judeus e descendentes, os, então, chamados “cristãos novos”. A partir daí a economia local passou a contar também com a manufatura de alguns artigos pouco elaborados e uma indústria simples, como a de sabão, doces e farinha. Afora isso, não houve grandes eventos que pudessem vincular mais diretamente a área aos ciclos de prosperidade pelos quais já tinham passado parte do Nordeste e uma pequena região das Minas Gerais, ou mesmo, como conheceriam ainda num futuro próximo, parte da Amazônia e o estado de São Paulo. O Norte de Minas ficou isolado dos circuitos de prosperidade que atingiram intercaladamente no tempo algumas regiões brasileiras. Não contou, senão muito tarde, com ferrovias e estradas de rodagem que fizessem conexão e integrassem materialmente essa porção do território. Permanecendo aí, então, muitas áreas dotadas de uma economia tradicional e frequentemente pobre, com baixíssimas densidades demográficas.

Ainda no século XX, uma grande extensão de terras permanecia nessas condições. Esse é o caso de uma vasta área estabelecida entre os rios São Francisco e Verde Grande – hoje entre a cidade de Jaíba (cortada pelo Rio Verde Grande) e o Rio São Francisco.

A área em destaque permaneceu relativamente desabitada até meados do século XX. Localizada entre a margem direita do Rio São Francisco e a margem esquerda do Rio Verde Grande (com ambos, nesse trecho, correndo para o Norte), é somente a partir de 1949 que essa área verá intensificado o processo de colonização. Isso se deve fundamentalmente ao início dos estudos e da implementação do projeto de irrigação que ficou conhecido como Projeto Jaíba.

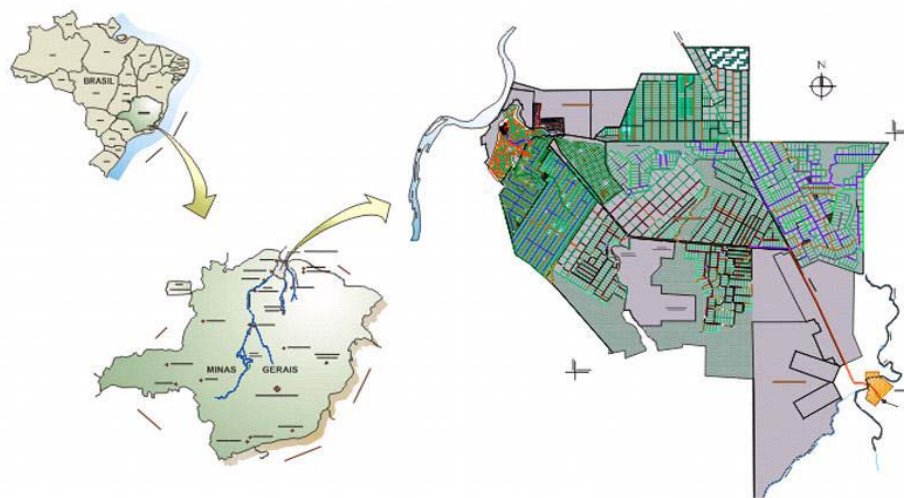
2. O projeto Jaíba

Estudos realizados pelo *Bureau of Reclamation*, dos Estados Unidos, já apontavam a então denominada “Mata da Jaíba” como uma potencial área para o desenvolvimento de uma moderna agricultura irrigada. A partir daí, o Estado e as instituições públicas brasileiras deram início ao processo de ocupação planejada da área. A CODEVASF e a RURALMINAS tocaram sozinhas a concepção e implementação do projeto até 1988. Os recursos foram conseguidos graças ao financiamento externo

contratado junto ao BIRD. Com o início das operações de irrigação e os primeiros assentamentos realizados em Mocambinho (Etapa I), as prefeituras de Mathias Cardoso e Jaíba entram como sócias do Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ) – uma empresa sem fins lucrativos que tem por função gerir os recursos e a operação técnica de todo o sistema de irrigação do Projeto. A parceria das prefeituras não acaba na sociedade direta com o DIJ, cabe também aos municípios fornecer a assistência social nas áreas de saúde e educação bem como na de transporte. Para isso foi preciso a captação de mais recursos, e dessa vez, junto ao JBIC (*Japan Bank for International Cooperation*). No entanto, o tratamento da água ficou a cargo dos próprios assentados e, ainda hoje, muitos deles, por falta de recursos, não implantaram nenhum sistema que deixe a água em condições satisfatórias para o consumo.

Inicialmente o projeto foi dividido em etapas. Essa divisão não é estritamente temporal. As etapas são também resultado da divisão em sub-áreas no interior do projeto, sendo cada qual definida a partir de características específicas. A Etapa I, por exemplo, foi a primeira a ser implantada e posta em operação, no Distrito de Mocambinho. Mocambinho, no entanto, não corresponde à totalidade da Etapa I. Cada Etapa está dividida em glebas e cada gleba em seus respectivos lotes. Mocambinho corresponde à primeira gleba ocupada e posta em operação no Projeto como um todo. Esta é a gleba mais próxima do Rio São Francisco e, portanto, mais distante da sede do município de Jaíba.

PROJETO JAÍBA SITUAÇÃO E LOCALIZAÇÃO



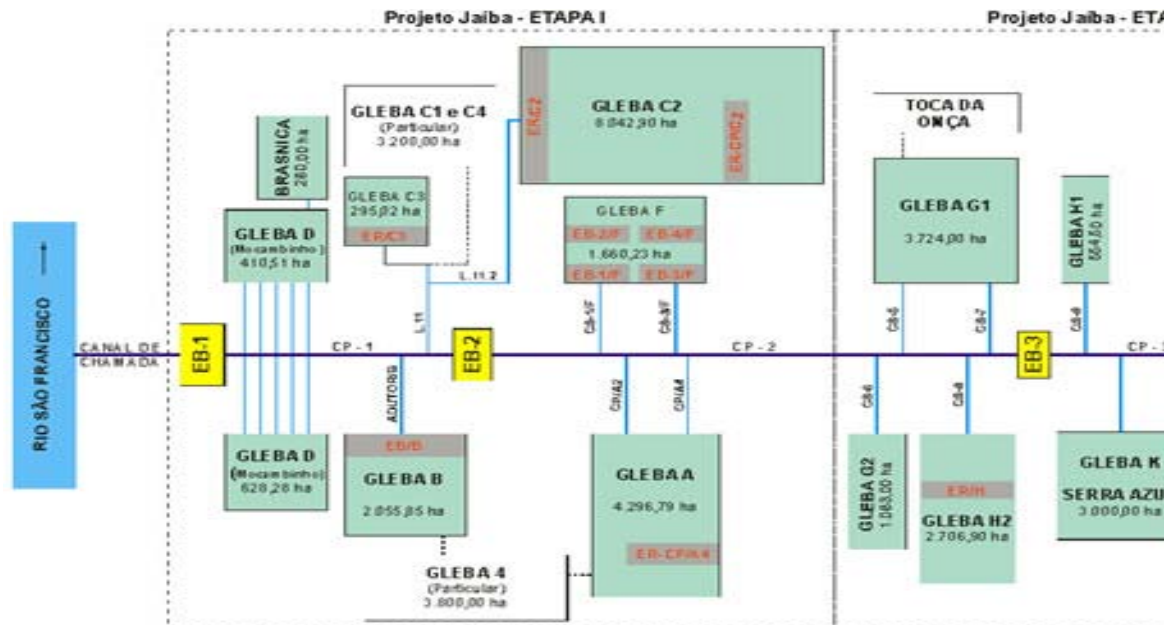
Fonte: Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ) <http://www.projetojaiba.com.br/images/mapas/situacao1.jpg>. Acesso em 14/04/2010

As glebas são diferenciadas como glebas familiares e empresariais de acordo com o tamanho dos lotes definidos no interior de cada uma delas. Mocambinho, a primeira gleba a ser posta em operação, é inteiramente composta por lotes familiares. Devido ao grande interesse que a promessa e o assentamento efetivo despertaram, o projeto atraiu famílias vindas de diversas regiões do Brasil. Os assentados mais antigos, que estão em Mocambinho, vêm do sertão da Bahia, do interior de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Centro-Oeste.

Somente a partir do assentamento das primeiras famílias, com o início do funcionamento da Etapa I, com a consolidação da ocupação da Gleba D e o surgimento de Mocambinho é que o projeto teve início de fato. A partir daí, outras glebas foram disponibilizadas para assentamentos familiares, intensificando o fluxo migratório para a região. Hoje, o projeto conta com mais de 23.000 habitantes, o que representa aproximadamente 65% de toda a população do município. Com a entrada em operação das glebas A, B e F e com os novos assentamentos, uma área equivalente a 23.919,33 ha foi ocupada por essas famílias que chegavam ao projeto.

A primeira empresa de porte a ocupar um lote empresarial na Etapa I foi a Pomar Brasil. Isso só veio a ocorrer no ano de 2006 (18 anos após o início das operações e da implantação do projeto efetivamente). Essa empresa, que beneficia polpa de frutas, foi criada nesse mesmo ano, e sua implantação foi realizada em dois momentos diferentes: inicialmente, veio a produção agrícola, em 2007; e, depois, a indústria, que desde 2008 continua se expandir diversificando as linhas de produção. Pouco antes disso, em 2005, o grupo SADA, de origem italiana, já havia sentado bases no Jaíba. No entanto, parte das terras sob seu comando está situada na Etapa II e parte fora do perímetro de atuação do DIJ, margeando os canais de irrigação pelo lado de fora da área do projeto. Suas instalações não estão, também, por assim dizer, completas. Mas, mesmo assim, pode-se perceber o vulto de seus investimentos pela área sob operação do grupo. As Etapas III e IV, mais próximas da cidade de Jaíba, ainda não começaram a ser ocupadas.

O PROJETO – DIAGRAMA OPERACIONAL (ETAPAS I E II)



Legenda

CP – Canal Principal

CS – Canal Secundário

EB – Estação de Bombeamento

Fonte: Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ),

<http://www.projetojaiba.com.br/index.php?menu=2&submenu=2&categoria=17&pagina=1>
Acesso em 14/04/2010

3. Terras, incentivos e mão-de-obra: o caso da Pomar Brasil

A hipótese aqui defendida está associada à realização do capital, em seus sucessivos ciclos, por meio da utilização e incorporação de novos espaços aos circuitos de realização da mais-valia. Trata-se do reconhecimento de uma variante do comportamento expansionista das formas de reprodução do valor. No caso apresentado, trata-se, mais especificamente, da aniquilação de um enclave, da utilização de uma reserva que se manteve incrustada num espaço circundante já transformado para e pelo capital.

Partimos do pressuposto de que a abertura de novas frentes de acumulação tem implicação direta no estabelecimento das taxas de lucro globais. Se em muitos casos, num gesto de violência, é preciso esvaziar os espaços repletos de uma história anterior (DAMIANI, 2005), de uma tradição que se ajusta pouco às novas modalidades de

reprodução do capital ou das forças conservadoras que impedem a entrada dos elementos estruturantes da acumulação, em muitos outros é preciso dotar esses espaços de conteúdos que o tornem acessível aos métodos de exploração e reprodução da mais-valia. Trocando em miúdos, não é somente – como nos conta uma análise ainda muito apegada nos moldes clássicos – com a expropriação e expulsão de trabalhadores camponeses que se viabiliza a acumulação de capital. A construção de estradas que permitam a circulação do valor e, por meio disso, a integração dessa área aos circuitos mundiais de realização da mais-valia, a dotação de condições materiais de produção e/ou consumo com a construção de uma infraestrutura correspondente às dimensões e propósitos dessa integração e, mesmo, o fornecimento de garantias de acesso aos mercados de consumo e trabalho, com proximidade ou alocação dessa força de trabalho ou de demanda são exemplos concretos de conteúdos novos atribuídos pela força aos espaços também renovados.

A história do processo de disponibilização dessa porção do território para os fins da acumulação capitalista é o reverso dos processos de acumulação primitiva relatados frequentemente por uma análise clássica, mas revela um comparável teor de violência e de aprofundamento das estratégias de classe.

3.1. A formação da força de trabalho

Para a área em questão ser utilizada e inserida no circuito de produção e realização da mais-valia, não bastava ela ter se tornado propriedade privada ou ter sido ofertada *tout court* para as empresas capitalistas. Para que haja expansão produtiva é preciso ter disponibilidade de força de trabalho. Não foi ao acaso, portanto, que foram assentadas, em primeiro lugar, as famílias de camponeses originalmente sem terra, muitas vezes empobrecidas e expropriadas inclusive do saber lidar com a terra. Esses homens, mulheres e crianças, que assim envelheceram e tiveram de reaprender a lidar com a terra, nunca, no entanto, aprenderam a lidar com a contabilidade mutante e perversa dos mercados internacionalizados. Temos em mãos um processo inverso de formação da força de trabalho. Aqui o trabalhador não foi tirado da terra, ele teve de ser devolvido e fixado a ela.

Assim, estamos diante da formação de uma categoria de trabalhador muito especial. Talvez seja essa também mais uma aparição do “semiproletário” descrito por Francisco de Oliveira (1981) em *Elegia para uma Re(li)gião*. Aqui, o trabalhador não

aparece completamente destituído de seus meios de produção, uma vez em que detém o direito de uso da terra para plantar e produzir diretamente parte de seus próprios meios de vida. Dessa forma, não temos, em igual medida, um processo de formação de um proletariado em termos clássicos. O processo de constituição dessa força de trabalho está cheio de meandros.

Além da disponibilidade de terras e de um programa de assentamento que atraiu diversas famílias para o projeto, a viabilidade e a duração dessas ações dependiam da assistência ao pequeno produtor. Inicialmente, os incentivos tinham a função de fixar o homem na terra. Entre esses incentivos se pode contar a carência para pagar as taxas de água e eletricidade e, ainda, as parcelas referentes ao pagamento pelo lote. Linhas de crédito de longo prazo para a construção da casa e para a obtenção do equipamento de produção foram também, em certa medida, abundantes no início. As expectativas e esperanças dos primeiros momentos, da hora da chegada dos mais antigos moradores, são lembradas nos relatos pessoais de quase todos os entrevistados (principalmente nos assentamentos de Mocaminho e na gleba F, os mais antigos). Esse clima de bem-estar, de uma população que ganha pouco, mas recupera o direito de sonhar e todos os benefícios trazidos pelo dinheiro, que abunda nas mãos de uma população acostumada com pouco, foram também responsáveis pela sobrevivência de uma situação insustentável. A crença na autonomia do pequeno produtor cairia por terra alguns anos depois.

A situação desses agricultores, significativamente chamados de “colonos”, começou a mudar. As expectativas de ganhos não se realizaram e, conseqüentemente, restaram somente as dívidas em seu lugar. Uma armadilha da qual não se pode desviar com facilidade são as linhas de crédito subsidiadas por cultura. Os altos preços da Banana levaram, no início da década de 1990, a uma febre. O crédito barato reforçava o incentivo e muitos agricultores investiram na monocultura da Banana. O resultado já é de se esperar: os preços caíram, a venda foi dificultada e as dívidas aumentaram. Mas aqui atuam também outros fatores estruturais, porém alheios ao universo da burocracia ou regulação institucionais. Por conta dos baixos níveis de tecnificação, da quantidade de implementos empregados na produção e da distância física dos locais de consumo e venda, a dificuldade de levar seus produtos aos mercados obriga o pequeno produtor a vender por um preço baixo demais o resultado de seu trabalho. Aparece então a figura do atravessador, que leva vantagem na pequena força desse agricultor. A coleção de relatos individuais colados nesse mesmo enredo faz dessa a história de um lugar. Esse

mesmo enredo é protagonizado hoje também pelos produtores de manga, nos assentamentos mais recentes.

A necessidade de correção nos solos e a exigência da aplicação de defensivos agrícolas (para controlar as pragas que foram eliminadas com facilidade pelos grandes fazendeiros e empresários que estabeleceram suas produções no entorno) tornam a agricultura uma atividade ainda mais difícil para os pequenos produtores. Diante de tantos contratemplos, as possibilidades de arcar com mais esses custos, somado aos da água e da energia para a pressurização da água, são mínimas com o trabalho exclusivo da terra. A dívida é, quando muito, administrada, mas dificilmente aniquilada. Assim o trabalhador se vê obrigado a procurar emprego fora de sua própria lavoura. Trata-se de um ciclo contínuo, um moto-perpétuo que alimenta a oferta de trabalhadores para os setores empresariais. Desse modo, está formada a força de trabalho que vai possibilitar a instalação de empresas de porte na região.

Diante dessas condições, a chegada das empresas, como a Pomar Brasil ou a SADA, aparece nos discursos dos assentados com significado messiânico. Assim, muitos assentados esperam hoje por uma vaga permanente nos quadros de uma dessas empresas.

Contraditoriamente, o trato com a terra e a esperança de prosperar também a partir da produção em suas terras não abandonou a todos. O emprego assalariado é um dado novo na vida de muitos assentados. Esse é um momento de transição, de formação da consciência ou da ideologia. É natural, portanto, que tenhamos assim uma mescla de sonhos, futuros imaginados do agricultor e do proletário, já que esse homem não chega a ser nem um nem outro. Mas, na prática, o fato desse homem preservar algumas atividades produtivas em suas terras não está de fora da contabilidade dos ganhos de capital nessa área de enclave. Esse homem repleto de esperanças se dedica, nas horas livres, para reproduzir a si mesmo como trabalhador. Ao produzir gêneros agrícolas, seja para o mercado ou para consumo próprio, ele acaba por arcar com parte dos custos de reprodução de sua própria força de trabalho – o que, classicamente, na contabilidade de uma empresa capitalista, recai sobre o salário e se torna um gasto do capital. Aqui, o trabalhador entrega gratuitamente ao capital, portanto, uma parte maior de seu tempo de trabalho. Assim, o emprego dessa força de trabalho semiproletária acaba por originar lucros maiores e um custo de reprodução do capital ainda mais baixo, assim também como o descrito por Francisco de Oliveira em sua *Crítica à Razão Dualista* (2003).

Nas condições do projeto, numa área igualmente híbrida do ponto de vista da separação também clássica entre campo e cidade, esse hibridismo do trabalhador se ajusta muito bem as demandas de um tempo que não é totalmente determinado pela máquina. A sazonalidade, própria das culturas agrícolas, impõe um regime de contratação que se manifesta na figura do trabalhador temporário. A Pomar Brasil, que processa e embala polpa de fruta, estende suas atividades industriais sobre o campo, impondo a este um ritmo e um padrão de previsibilidade técnica que são próprios da indústria. Mas, também, e em certa medida, tem o seu ritmo de produção industrial cadenciado pelos períodos de safra e entressafra. Assim, tanto na indústria quanto nas plantações a empresa contrata trabalhadores temporários. Na indústria, cria-se o turno da noite e, no campo, além do remanejamento interno, novas levas de trabalhadores vão ser buscados até mesmo fora do projeto. Dessa forma, torna-se importante reter um tipo de trabalhador que tenha condições de se manter, mesmo que precariamente, com outras atividades – sendo estas em outros empregos temporários ou mesmo na lavoura em suas terras.

A concepção original do plano já continha esse desfecho. A destinação de glebas para lotes empresariais só faz sentido quando se pensa simultaneamente no abastecimento de força de trabalho para esses futuros empreendimentos. Isso porque a distância de tais glebas, e mesmo do projeto como um todo, dos mercados de trabalho regionais se coloca como um fator a se considerar. Logo, a força de trabalho teria de ser encontrada ali dentro. Assim a posse e o direito de uso da terra por parte das famílias serviu a outras finalidades, para além daquela de alimentar a expectativa de uma vida digna. Ela fixou esses homens no projeto. Mesmo no caso de sucessivas safras insuficientes, de uma agricultura de subsistência deficitária e de desilusões constantes, essa famílias estavam presas à terra. Os anos pagos pela terra, o trabalho pretérito e presente já cristalizado nas paredes da casa e em outras obras e equipamentos fixos, a dívida que ameaça a tudo isso e as condições subsidiadas que aprisionam esses homens no projeto fazem parte desse poderoso mecanismo de formação da força de trabalho.

O rompimento com esse ciclo de permanência pode se dar a partir da venda da terra, que ajuda pagar as dívidas. Mas a venda nem sempre é fácil. Isso acontece porque, em primeiro lugar, o assentado não consegue vender sua terra porque o preço que vai conseguir na venda é muito inferior ao que se pode encontrar fora do projeto. Normalmente esses lotes carregam ainda dívidas referentes ao pagamento pela terra, o

que reduz ainda mais o montante recebido com a venda. Em segundo lugar, esse assentado detém somente, na maioria das vezes, o “direito de ocupação” dessas terras, não tendo pago ainda todas as parcelas para a aquisição do terreno – o que não lhe dá o direito de venda. Mas mesmo nos casos em que a venda ocorre, a saída do assentado não representa necessariamente a redução do número de trabalhadores disponíveis: a venda das terras envolve uma substituição do antigo morador pelo recém chegado.

O trabalhador, aqui, não se vê obrigado a vender sua força de trabalho porque se encontra numa situação de despossuído nos termos clássicos, apartado por completo das condições de produzir diretamente seus próprios meios de vida. Ele busca desesperadamente o mercado e um emprego, ao contrário, para manter e preservar a suas posses e uma condição que perdeu há muito: a de trabalhador autônomo. A elevação do custo de produção para o pequeno produtor, com os sucessivos aumentos nas taxas de água e energia, a necessidade de aquisição privada de equipamentos de produção e de consumo (como as miniestações de tratamento para tornar a água potável – coisa, aliás, que poucas famílias detêm), as taxas cobradas pelo DIJ (referentes à extensão e manutenção da infraestrutura) e o custo de aquisição e de sua própria manutenção na terra empurram esse trabalhador para dentro das fábricas. A soma dos quatro anos de carência aos 20 anos pelo pagamento da terra e pela infraestrutura construída resultou num período mais do que suficiente para a manutenção dessa força de trabalho em condições de suprir a demanda empresarial que só começou a chegar 18 anos após o início da implantação do projeto. Os 24 anos se ajustaram como o tempo preciso para a promoção de uma expectativa que atraiu o trabalhador e o disponibilizou para as empresas que se instalaram no Projeto.

3.2. *Uma geopolítica da reserva de força de trabalho*

Além de todos esses dispositivos, não se pode desconsiderar uma geopolítica interna responsável pela elaboração de uma reserva referente ao uso dessa massa de trabalhadores. A configuração, disposição e o arranjo espacial do projeto definem a disponibilidade do estoque de força de trabalho como um recurso quase exclusivo para as empresas que fixam seus investimentos nessa área. A formação dos primeiros núcleos de assentamentos nas glebas D e F e a destinação das glebas A, B, C2 e C3 para os mesmo fins é sintomático da relação que se esperava traçar com o capital empresarial

nos limites do projeto. Essas glebas de assentados estão na porção mais distante do núcleo urbano do município e, portanto, da ligação com o restante do território brasileiro (que se faz pela cidade). A outra saída seria por Itacarambi, mas para isso é preciso, depois de andar por estrada não pavimentada (a partir de Mocambinho), atravessar o Rio São Francisco de balsa e caminhar numa outra estrada de terra até a cidade de Itacarambi. O único caminho pavimentado é aquele que liga Mocambinho à cidade de Jaíba. O transporte e a presença de coletivos são raros e a distância de Mocambinho até Jaíba é de 50 Km. Assim, dificilmente o trabalhador vai procurar trabalho na cidade. Ainda mais quando as empresas chegam até bem mais próximo de seus locais de residência.

Os lotes destinados para a ocupação empresarial estão em sua totalidade nas proximidades e no interior da Etapa II, uma sub-área intermediária que fica entre as glebas dos assentados e a cidade, muito mais próximo das primeiras. As Etapas III e IV não contam ainda com nenhum tipo de ocupação permanente ou projeto em execução. Logo, após as glebas empresariais, uma grande distância separa o universo Jaíba do restante do território, do ponto de vista do trabalhador, é claro. Nesses termos, o acesso e a circulação são seletivos e as distâncias relativas. Sendo a Etapa II inteiramente empresarial, assim como as glebas da Etapa I que, pelo eixo de deslocamento da estrada, estão coladas na Etapa II, cria-se um núcleo empresarial dentro do projeto pelo qual se torna obrigatória a passagem para se chegar à cidade de Jaíba.

Outro dado importante a respeito da formação dessa reserva de trabalho tem a ver com as condições de transporte. Além da raridade da presença de coletivos, uma parte significativa dos deslocamentos no interior do projeto é realizada por veículos de propriedade das próprias empresas. O que restringe ainda mais a mobilidade desse trabalhador. Outro fator associado a essa baixa mobilidade dos assentados é que, para o trabalhador, o deslocamento até a cidade ou para outras cidades – em suma, sair do projeto – se torna muito oneroso. Como, muitas vezes, o trabalho na empresa é visto pelo trabalhador como um complemento a sua renda, renda essa que extrai em parte da lavoura em suas próprias terras – o que se constitui numa inversão e armadilha ideológicas – passa a ser importante para esses homens permanecerem próximos de suas terras e família – já que em sua consciência distorcida, essa é sua atividade principal. Essa consciência origina-se de um tipo de distorção diferente daquela apresentada por José de Souza Martins, em *O Cativo da Terra* (MARTINS, 2004, pp. 79, 86, 87 e

88). Nesse sentido, esse trabalhador aceita salários mais baixos para ficar no projeto, seja pelos elevados custos do transporte para sair (inviável muitas vezes) ou pela necessidade de ficar próximo de suas terras.

A consideração dos dados referentes ao tamanho e à destinação das áreas no interior do projeto deixa muito distante a idéia de que esse tenha sido um projeto de assentamento familiar. Somente a área da Etapa II, inteiramente empresarial, já é maior que a soma da área dos lotes familiares de toda a Etapa I, que conta também com glebas empresariais e terras particulares. Isso se dá numa proporção que merece destaque. Mas somente a soma simples das áreas não é reveladora das dimensões desse projeto de expansão empresarial. Na prática, o gigantismo das áreas empresariais é ainda maior. O arrendamento de terras nos lotes familiares, a compra de produtos dos agricultores locais – que só por uma questão do regimento legal não são considerados empregados dessas empresas – e a ocupação de imensas porções de terras nas margens do projeto – o que permite ter acesso à infraestrutura sem adquirir lotes em seu interior – são exemplos de práticas que revelam um cálculo subestimado, mas já significativo, a partir das tabelas oficiais do DIJ.

O exemplo da *Pomar Brasil* é ilustrativo. A empresa tem aproximadamente 2.000 ha no Projeto com distintos CNPJs, que diferem também do CNPJ da indústria. Além disso, muitos agricultores esperam agora se beneficiar com chegada da empresa, com a expectativa de que possam vender sua produção internamente. Estes e suas terras também passam a fazer parte do complexo de uma produção encabeçada pela Pomar. Assim, muitos lotes de terceiros se põem inteiramente à disposição da Pomar, aumentando extrajudicialmente (ou em caráter exclusivamente econômico) sua área de produção e domínio.

3.3. Terras baratas, infraestrutura e incentivos: o trinômio da indistinção

A área em questão faz parte do Polígono das Secas. Isso remete a uma conjunção já bastante conhecida: a união de incentivos e terras baratas. No entanto, sozinhos esses fatores não criam condições para novas inversões.

A escassez de chuvas, típica do semi-árido, exigia o abastecimento de água abundante para tornar a terra produtiva. Foi com esse propósito que foi elaborado o Projeto de Irrigação, o carro chefe do Jaíba. Além disso, a produção tem de ser escoada

e os insumos devem chegar com facilidade, rapidez e com poucos custos para o capital. Por isso a infraestrutura viária é de extrema importância e se coloca entre as condições de viabilidade para os novos investimentos. Complementarmente à infraestrutura viária, foi construído um aeroporto de pequeno porte. Evidentemente, ele não se presta ao transporte de produtos locais e nem atende aos assentados. Isso revela também a origem forânea dos capitais que se pretendiam receber por ali. Ademais, as estradas são todas pavimentadas e se ligam aos grandes eixos de circulação de mercadorias do território brasileiro. A velocidade da circulação dessas mercadorias, define a velocidade do giro do capital e, logo, a rentabilidade do investimento. Nesse sentido, a estrutura viária e de circulação está na base da viabilidade das inversões pretendidas para a região.

Evidentemente, se nossa hipótese estiver correta e essa área realmente tiver sido planejada para por em uso uma reserva territorial sob o comando do capital que aqui, ao menos em parte, tem de ser produtivo, a oferta de energia elétrica tem de estar assegurada nas proporções adequadas. Para isso foi pensada e construída uma subestação elétrica que abastece também o projeto com boa parte da energia utilizada pelo bombeamento da água. Somente assim essa porção do território poderia absorver lucrativamente os investimentos de capital.

Feitas essas considerações acerca da infraestrutura, pensemos agora na redução dos custos de produção do capital associados aos dois outros fatores – excluindo, agora, o fator força de trabalho. Não é preciso explicar como o acesso a terras mais baratas faz cair o preço de produção. Também não há necessidade de um detalhamento maior sobre o fato de que qualquer forma de incentivo estatal reduz o emprego de capital no processo produtivo, seja com a redução da carga tributária ou com o custeio de parte do capital fixo ou circulante. O dado interessante nisso tudo é que só se conquista um pelo outro. Nesses termos, a incorporação de terras ao patrimônio empresarial nessa região representa também a incorporação de subsídios, e a terra passa a ser o meio para a obtenção desses incentivos. Assim, os próprios subsídios passam a ser uma parte do produto da expansão das instalações das empresas; um produto que é imediatamente convertido em capital.

Também é por meio da ampliação da produção e da área plantada ou de produção, com o arrendamento de lotes familiares, com a utilização da mão-de-obra familiar para a produção agrícola em seus próprios lotes ou mesmo com a ampliação absoluta e direta da área de posse da empresa dentro do projeto que se faz possível

aproveitar os reduzidos custos de reprodução da força de trabalho. O emprego dessa mão-de-obra subsidiada pelo projeto representa também uma forma indireta de apropriação de uma parcela maior dos incentivos. Desse modo, o crédito subsidiado, os anos de carência e toda a assistência ao trabalhador se revertem em ganhos para o capital que se apropria indiretamente desses subsídios ao contratar uma força de trabalho excepcionalmente barata. Logo, o emprego de mais trabalhadores se reverte aqui numa forma de apropriação indireta de subsídios incorporados na força de trabalho. Nesse sentido, o processo é muito similar aquele descrito por José de Souza Martins para as fazendas paulistas da época do café (2004, p. 68). Assim, terra, incentivos e infraestrutura, como elementos que se distinguem mal no bojo dessa análise, complementam o quadro de uma elevada rentabilidade do capital já desenhada na relação com a força de trabalho.

Todo esse processo, ao mesmo tempo em que criou, por um lado, uma reserva de força de trabalho, no lado oposto, criou também uma grande dependência por parte do assentado em relação às indústrias, na qual está fundada a primeira. Esse é o momento, portanto, de uma redefinição nos padrões de sociabilidade e de organização espacial. O tempo da fábrica começa a interferir e, mesmo, determinar o tempo da vida. A produção do espaço assume novos rumos sob influência desses vetores convergentes de transformação. Dentre os núcleos de serviço (NS), previstos originalmente no plano, o NS2 se destaca em tamanho, organização e dinamismo econômico. A atividade comercial do NS2 é uma das mais completas do projeto e os elementos de urbanidade presentes aí são bastante visíveis. Muitos dos assentados que tem moradia no NS2 já se dedicam quase que exclusivamente às atividades comerciais, de serviço ou industriais. Uma casa com dois quartos e um banheiro no NS2 ultrapassa os R\$ 30.000,00, um dos preços mais altos do projeto. Por se tratar de um núcleo de serviço relativamente novo, o fato de se poder equiparar em muitos desses aspectos à Mocambinho e ao núcleo da gleba F é merecedor de destaque. Moradores não assentados começam a chegar direto de outros lugares para morar e comprar uma casa no NS2 – apesar das muitas irregularidades envolvidas nessas tramitações imobiliárias no interior do projeto. Todo esse dinamismo está associado principalmente a um fator: sua localização. O NS2 está situado às margens da rodovia que corta todo o projeto e à frente das instalações da *Pomar Brasil*. Esse “núcleo semi-urbano”, como algumas vezes alguns técnicos se referem, é muito mais urbano nas formas de organização da vida, nos ritmos, nos

hábitos e no espaço produzido do que se pode supor com o emprego do prefixo “semi”. O turno da fábrica dá o ritmo da vida e exige a urbanização do espaço.

4. O trunfo, a renda: o monopólio do Sol e a situação da SADA

A SADA, uma companhia italiana que existe desde 1957, chegou ao Brasil em 1976 e sentou bases no projeto Jaíba em 2005. Esse grupo apareceu e cresceu ligado às atividades de transporte e logística, mas atua em diversos outros ramos. No Brasil, a empresa cresceu como transportadora e, logo de início, estabeleceu parceria com a FIAT. O transporte de carros da FIAT é em sua quase totalidade realizado pela SADA, responsável também por aproximadamente metade do transporte de veículos no país. Atualmente, o grupo SADA atua também nos ramos industriais de componentes automotivos, de serviços de importação e exportação, de comércio de veículos automotores, no de produção de energia renovável e no ramo gráfico, o que faz dela responsável pela impressão dos jornais *O Tempo* e *Pampulha*, de Belo Horizonte.

No Jaíba, a SADA é produtora de bioenergia e açúcar. A principal cultura é a de cana-de-açúcar, com a qual se faz o etanol, o açúcar e se produz, ainda, a energia elétrica (com a queima do bagaço em usinas termoeletricas).

No primeiro semestre de 2010, a SADA detinha 6.362 ha plantados. O gigantismo do empreendimento não se expressa, no entanto, somente nesse dado. A SADA vem comprando terras que margeiam o projeto, para as quais também é disponibilizada irrigação. Uma história muito comum nas falas dos moradores do projeto é que a empresa está comprando, por preços hipervalorizados, terras de lotes contíguos aos seus, de assentados que não recusam o valor pago. Assim, para uma futura expansão produtiva ou para a obtenção de ganhos especulativos, o estoque de terras sob domínio da SADA na região continua crescendo. Suas terras, com a maior parte concentrada na Etapa II, já chegam às margens do Rio São Francisco. Na fala dos moradores do projeto e daqueles da Ilha do Retiro, “a SADA está dando a volta no projeto”.

Essa aquisição de terras aparece somada a um montante de investimentos em tecnologia de produção de última geração no campo e nas usinas. Trata-se da implementação de um padrão de produção atípico se consideramos a norma nacional no ramo. Não se encontra nas terras de lavoura da SADA a figura bastante conhecida dos bóias-frias. O corte da cana é 100% mecanizado e a irrigação toda controlada por um

sistema central que mobiliza atualmente 78 pivôs de irrigação. Com a lavagem a seco, para a economia de água, e o aproveitamento dos resíduos, como subprodutos para a fertilização da terra ou para a produção direta de mais energia, a SADA consegue aumentar a produtividade. Logo, tendo em vista a quantidade de capital empregado em tecnologias poupadoras de trabalho, é de se supor que o montante gasto com capital variável seja pouco significativo. É fácil concluir, portanto, que a SADA não está no projeto em busca de força de trabalho. Em toda área produtiva trabalham 579 funcionários, sendo 204 no interior da planta industrial e 375 na produção primária. Chega a ser irrisória a quantidade de empregados em razão da área cultivada. O número de trabalhadores que estão na imensa área que fica do “lado de fora” da indústria é pouco maior do que o número daqueles que estão dentro. O salto de produtividade na produção primária em relação à média nacional é o grande propulsor dos investimentos de capital do grupo no projeto, parte daí uma aposta para o sucesso competitivo da unidade. A produtividade média da SADA na produção de cana-de-açúcar é, com isso, de 118 t/ha, chegando a atingir um pico de 179, enquanto a média nacional gira próximo de 80 t/ha (em valores da safra de 2009). Essa elevada composição orgânica do capital dispensa trabalho e aumenta a transformação bruta do produto. Além disso, uma boa parcela do gasto com o capital variável está associado ao pagamento dos salários dos técnicos e do corpo diretivo, que são todos trazidos de fora.

Temos de considerar aqui, então, outros fatores. A intensa e constante luminosidade da área, com mais de 360 dias por ano com céu aberto, aceleram o crescimento da cana e permitem um tempo de maturação em 10 meses, enquanto em São Paulo esse tempo é de 12 meses. A fruticultura conta com esse mesmo fator. Está dada, a partir disso, a possibilidade de manipulação das safras. Com o abastecimento de água constante, por meio da irrigação, as culturas podem ser ininterruptas e o comportamento frequentemente cíclico da agricultura, alternado nos diferentes hemisférios, é convertido agora numa vantagem para essa região que não enfrenta entressafra. Essa produtividade maior deriva em parte, portanto, de um fator natural: a intensa luminosidade. Quando o capital que atua no ramo agroindustrial rumou para o projeto ele estava atrás, antes de qualquer coisa, de “um lugar ao Sol”. Açambarcar a maior porção desse território sob a forma da propriedade privada é um recurso que resulta na monopolização de uma condição regional quase exclusiva. A propriedade privada dessas terras representa, por isso, a monopolização de uma força natural que

torna mais produtivas as culturas e o trabalho que ocorrem nessas terras. Como essa força natural monopolizada não resulta do trabalho humano, mas sim da apropriação privada de uma terra na qual características específicas a dotam de vantagens competitivas, ela dá origem ao que Marx chamou de renda da terra. Nesse caso, especificamente, falamos da renda da terra diferencial. Aqui, uma parte da produtividade excepcionalmente maior, em relação às terras localizadas em outras regiões, não resulta do emprego de capital nem, contudo, da engenhosidade dos homens, ela é fruto direto de uma fonte natural que é apropriada privadamente pelo proprietário das terras sobre as quais ela tem incidência. Assim é que a expansão do patrimônio imobiliário resulta numa forma de se apropriar de uma fonte de rendimentos não reprodutível.

Mas esse é um segredo de polichinelo. O que está em questão aqui é como isso tudo somente se tornou disponível há menos de um quarto de século. Aqui precisamos voltar à infraestrutura territorial, de produção e circulação. Uma parte da tese aqui apresentada diz respeito ao fato de que o expansionismo territorial capitalista não ocorre sobre espaços vazios simplesmente, mas ele se dá efetivamente produzindo espaço, produzindo novas territorialidades. Para que a expansão territorial do capital possa ocorrer não basta que se tenha “espaços vazios” do ponto de vista do capital, esses espaços têm de estar disponíveis e, nesse caso, essa “disponibilidade” exige diversas condições. No caso aqui analisado é preciso reforçar o papel das especificidades do processo.

Quando o capitalismo cresce por meio da expansão territorial em espaços de ocupação anterior pouco densa, a formação da força de trabalho se dá não somente por meio da expulsão de trabalhadores de suas terras – ao menos não na frente de expansão – mas também com a atração de uma massa que constituirá os exércitos de trabalhadores. Aqui, portanto, e esse é o caso, não foi a remoção, mas a chegada de uma massa de trabalhadores que tornou viável e lucrativo os investimentos locais.

Nessa região a disponibilidade de água é outro fator determinante para a ocupação produtiva (capitalista) da região. Não se pode conseguir um investimento, com previsibilidade e produtividade constantes, nessas terras sendo que o regime natural respeita a ciclos incompatíveis com a velocidade de produção e giro médios do capital. Além disso, na falta de abastecimento constante de água a própria produtividade proporcionada pela intensa luminosidade não poderia ser aproveitada. Esse é um fator

determinante que atua no momento da produção, sem o qual essa porção territorial não seria disponibilizada para os novos investimentos de capital.

Além disso, a construção de estradas, do aeroporto local e mesmo das vias de comunicação, pelas quais afluem informações importantes para o controle da produção, dão fluidez a essa porção do território, o que permite uma integração mais efetiva ao mundo da mercadoria. Assim, sem essas infraestruturas a produção local não poderia ser capitalista, não nas dimensões e ajustada aos interesses do tipo de capital que rumou para lá: capitais que atuam nas escalas nacional e internacional essencialmente.

Assim, a disponibilização do território nem sempre se dá por meio do esvaziamento e de uma varredura destruidora exclusivamente. A dotação de novas qualidades, arranjos (espaciais, institucionais e legais), pessoas, equipamentos etc. faz desses espaços produtos da atuação de outras forças, ligadas à acumulação. Desse modo, não basta ser um espaço “vazio” do ponto de vista do investimento capitalista, ele tem também que estar disponível do ponto de vista das possibilidades de obtenção da lucratividade média do capital.

Considerações finais

A tendência à queda irrepreensível da taxa de lucro, um fenômeno típico do comportamento de economias em sociedades capitalistas, analisado e apresentado por Marx, foi tratada por Harvey (1990 e 2004) sob sua forma da tendência ao excesso de acumulação. A formação desses excedentes brutos de capital pode representar a origem de uma crise, já que se a acumulação ultrapassa os patamares que permitem a reprodução ampliada é porque não se pode encontrar novas formas de investimentos lucrativos a partir de uma determinada configuração espacial ou institucional. Assim, como se trata de uma tendência, é provável que de tempos em tempos novos espaços tenham de ser liberados para a acumulação de capital, sejam eles de formação anteriormente não-capitalista ou mesmo aqueles espaços já destinados, em ciclos anteriores, à realização do capital. A utilização dos primeiros, no entanto, leva certa vantagem em relação à utilização dos demais, do ponto de vista da formação bruta de capital. Isso porque, no primeiro caso, a violência destrutiva do processo recairia não sobre uma quantidade de capital precedente instalado, mas sim sobre arranjos, configurações e formas de organização sócio-espaciais tipicamente não-capitalistas. Desse ponto de vista teríamos exclusivamente, no que diz respeito ao processo de

reprodução capitalista, formação bruta de capital sem sua contraparte destrutiva recaindo sobre outros capitalistas.

Assim, a expansão geográfica do capital é um recurso para o investimento lucrativo de valores. Essa dinâmica espacial pode impedir ou remediar a formação de crises no interior do processo de acumulação. Esse processo, no Brasil, normalmente descrito para explicar o avanço das fronteiras territoriais em direção a Amazônia, põe acento sobre a condição de reserva que a falta de infraestrutura e de uma ocupação efetiva simultânea ou anterior podem deixar uma parcela do território. Os enclaves não-capitalistas, portanto, para serem disponibilizados para os fins da acumulação devem oferecer condições para a realização de investimentos lucrativos, para os quais o metro é o lucro médio; ou seja, os parâmetros globais da valorização. Nesses termos, subsídios, terras baratas, disponibilidade de força de trabalho abundante, suprimento infraestrutural e ganhos tipicamente rentistas apoiados na monopolização de uma força natural específica são fatores que reintegram a lucratividade a patamares mais elevados.

Bibliografía citada

DAMIANI, Amélia L. “A Propósito do Espaço e do Urbano: algumas hipóteses”.
Revista Cidades. Vol 1. Nº 1. 2004, pp. 79-96.

HARVEY, David. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, 469p.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004, 201p.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec. 2004. 157p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. 137p.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo. 2003. pp. 25-119.